Luiz Inácio Lula da Silva
Celso Amorim
Samuel Pinheiro Guimarães

A Política Externa do Brasil

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI / FUNAG

COLEÇÃO PAÍSES E REGIÕES

A Política Externa do Brasil

Ministério das Relações Exteriores
Ministro de Estado
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Fundação Alexandre de Gusmão
Presidente
Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI
Diretor
Ministro Carlos Henrique Cardim

Luiz Inácio Lula da Silva
Celso Amorim
Samuel Pinheiro Guimarães

A Política Externa do Brasil

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI /FUNAG

Brasília, 2003

Coordenação editorial
Ministro João Batista Cruz

Preparação dos originais
Ana Claudia Bezerra de Melo Filter
Eliane Miranda Paiva

Editoração eletrônica
Isnaldo Martins de Souza
Samuel Tabosa de Castro

Silva, Luíz Inácio Lula da
A política externa do Brasil / Luíz Inácio Lula da Silva, Celso Amorim, SamuelPinheiro Guimarães. – Brasília : IPRI/FUNAG, 2003.
80p.

1. Brasil – Relações Exteriores – Discursos ensaios, conferências. I. Amorim, Celso. II. Guimarães, Samuel Pinheiro. III. Instituto de Pesquisas e Relações Internacionais. IV. Fundação Alexandre de Gusmão. V. Título.

C.D.U. : 327(81)(04)

Capa: JB Cruz, "Composições, acrílico sobre tela, 60 x 50, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IPRI
Esplanada dos Ministérios, bloco h, anexo I, s. 708
70170-900, Brasília, DF
Tel: (61) 411-6800/6816
Fax: (61) 224-2157
www.mre.gov.br/ipri
ipri@mre.gov.br

Sumário

10 de dezembro de 2002.

Discurso do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva Presidente eleito da República Federativa do Brasil no "National Press Club", em Washington, D.C. 7

1º de janeiro de 2003.

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional, em Brasília. 25

1º de janeiro de 2003.

Discurso do Embaixador Celso Amorim por ocasião da Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, em Brasília. 47

9 de janeiro de 2003.

Discurso do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães por ocasião da Transmissão do Cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, em Brasília. 61

9 de janeiro de 2003.

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Cerimônia de Transmissão do Cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, em Brasília. 71

10 de dezembro de 2002.

Discurso do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva Presidente eleito da República Federativa do Brasil no "National Press Club", em Washington, D.C.

Senhor presidente do Clube Nacional da Imprensa,

Senhores e senhoras jornalistas dos Estados Unidos, do Brasil e dos demais países aqui representados,

Cidadãs e cidadãos dos Estados Unidos da América,

I.

Desejo agradecer, uma vez mais, de público, o convite que me dirigiu o presidente George W. Bush, logo após a minha eleição, para visitar os Estados Unidos. Quero registrar, também, com gratidão, a hospitalidade com que fui recebido hoje na Casa Branca.

Venho a Washington para trazer, do Brasil, uma mensagem de amizade.

Pretendo, logo que tiver tomado posse, dar início a quatro anos de convivência franca, construtiva e benéfica entre os nossos dois países.

Brasil e Estados Unidos têm muito em comum. Detêm, no continente, as duas maiores populações. Somos democracias pujantes, com economias complexas e industrializadas.

Brasil e Estados Unidos constituem um rico mosaico de etnias, credos, histórias e culturas. São nações de imigrantes e de oportunidades.

Brasil e Estados Unidos são a expressão de um mesmo sonho de liberdade, oportunidades justas e mobilidade social.

Essas afinidades, necessariamente condicionadas pelos diferentes estágios de desenvolvimento em que nos encontramos, devem ser a base do entendimento entre Brasil e Estados Unidos.

A história nos ensina que não soubemos aproveitar, no passado, alguns momentos propícios para construirmos uma parceria mais abrangente. Poderíamos ter tirado maiores benefícios do impulso resultante da luta que travamos juntos contra o nazismo, na Europa, para criarmos, em tempos de paz, uma cooperação à altura dos nossos países.

Estou convencido, no entanto, de que o nosso vínculo pode melhorar. Se as nossas sociedades se conhecerem mais. Se nos livrarmos de estereótipos e

preconceitos. Se aprendermos a valorizar as afinidades e respeitar as diferenças que existem entre nós.

O respeito pela diferença é um dos princípios fundamentais do convívio tanto entre seres humanos quanto entre Estados.

A minha vida, como a de muitos outros brasileiros e brasileiras, tem sido uma história de luta contra os preconceitos, sempre pela via do diálogo e do esclarecimento.

Aprendi, ao longo dos anos, que as principais armas nessa luta são o esforço para informar e informar-se. A determinação de compreender e ser compreendido.

Creio que o diálogo franco e direto entre presidentes, como o que tivemos hoje, e também entre as equipes ministeriais dos dois países, pode pavimentar esse desenvolvimento das relações entre Brasil e Estados Unidos. Percebo por parte da atual administração norte-americana o desejo de trilhar esse caminho, que o meu governo igualmente adotará com entusiasmo.

Estão, assim, dadas as condições para que façamos um investimento político decidido na parceria entre Brasil e Estados Unidos. Para buscar uma associação madura, de respeito mútuo e proveitosa para ambas as partes.

II.

Tenho a convicção de que a persistência em esclarecer a opinião pública acaba sempre por ser vitoriosa. Dessa forma, na grande celebração democrática que foram as eleições deste ano no Brasil, a esperança, por fim, triunfou sobre o medo e o preconceito.

Os mais de 52 milhões de votos que obtivemos, e a transição serena que estamos levando a efeito, são sinais de amadurecimento da sociedade brasileira.

A voz das urnas indicou que o Brasil precisa voltar a crescer, com geração de empregos e distribuição da renda. Isso se fará com a expansão das exportações, a ampliação do mercado interno e a inclusão social.

A partir de primeiro de janeiro de 2003, quando tomaremos posse, daremos prioridade ao combate à fome, ao desemprego e à insegurança.

Sabemos que o momento econômico-financeiro é delicado, o que é verdade não só para o Brasil como para a economia mundial como um todo, na qual se observa uma forte tendência de aversão ao risco.

E, quando os mercados globais se contraem, há um reflexo ampliado nos países em desenvolvimento.

Tenho plena consciência de que o meu governo herdará uma situação difícil. Na frente interna, a dívida

pública aumentou substancialmente nos últimos anos. No plano externo, as empresas brasileiras têm enfrentado um inédito corte nas linhas de crédito.

Mesmo assim, estou otimista. Creio que o Brasil tem meios para superar as atuais dificuldades e retomar o caminho do crescimento sustentado.

De nossa parte, faremos as mudanças necessárias de maneira gradual e transparente. Meu governo vai pautar-se pela responsabilidade fiscal, pelo combate à inflação e pelo respeito aos contratos e acordos. Essas são as bases para a retomada do crescimento econômico sustentado.

Sabemos que, para cumprirmos os importantes compromissos sociais que assumimos durante a campanha, precisamos manter a inflação sob controle e a economia estável. Ao mesmo tempo, temos claro que a única estabilidade duradoura é aquela que se ancora na justiça social.

Precisamos, também, de uma atitude construtiva por parte da chamada comunidade financeira internacional. Estejam seguros de que todas as instituições e empresas responsáveis, interessadas na prosperidade e nos ganhos que advém do crescimento econômico, encontrarão no Brasil um ambiente seguro e estável para investir.

III.

A agenda internacional está mudando. E, num cenário em transformação, todos os países procuram redefinir os seus espaços.

Para nós, não se trata de adotar uma acomodação, passiva ou reativa, às mudanças em curso. Precisamos, sim, nos antecipar criativamente a elas, sempre de acordo com os interesses legítimos do Brasil.

Temos que ser capazes de traduzir esses interesses em pontos da agenda internacional.

Para tanto, não seremos prisioneiros de confrontos ideológicos estéreis. Tampouco nos contentaremos com o atual estado de coisas.

Vamos olhar com atenção especial aos nossos vizinhos da América do Sul.

O Brasil tem as sólidas credenciais de um país que há mais de um século vive em paz e harmonia com seus dez vizinhos. De um país que participou decididamente, desde sempre, da construção do direito internacional e da fundação das organizações multilaterais que são os pilares da boa ordem mundial.

Tem também as credenciais de um país que decidiu, pela força do voto, engajar-se num grande processo pacífico de mudança.

Isso nos dá as melhores condições possíveis para sermos um ativo promotor da estabilidade política, econômica e social na região. Estabilidade que também interessa, evidentemente, aos Estados Unidos.

Queremos ajudar a garantir a paz e a democracia na região, condições essenciais para o avanço social.

Estamos profundamente empenhados na integração da América do Sul. Vemos essa integração não só do ponto de vista econômico e comercial. Acreditamos em um amplo processo de aproximação política, social e cultural entre os países da região, processo no qual o Mercosul tem papel de destaque.

O Mercosul é um projeto nacional e como tal, uma das principais prioridades da política comercial externa brasileira. O meu governo está determinado a preservá-lo e fortalecê-lo, buscando, com os demais países membros, encontrar fórmulas para superar as atuais dificuldades e tornar os mecanismos comerciais existentes mais realistas e ajustados às peculiaridades de todos os parceiros.

O Mercosul é um projeto estratégico e para seu aprofundamento existe vontade política de todas as nações que o integram. A visita que fiz na semana passada a Buenos Aires, a primeira ao exterior na qualidade de Presidente eleito, foi uma mensagem sobre minha determinação de trabalhar nesse rumo.

Contudo, em um mundo cada vez mais interdependente, a ação de qualquer país, mas em particular a de uma nação das dimensões do Brasil, não pode ficar limitada a uma única região ou continente. Ela precisa ser global.

O Brasil, em meu governo, estará aberto ao mundo. Queremos melhorar as relações que temos com os Estados Unidos e a União Européia. Buscaremos novos parceiros comerciais em países com dimensão e potencial parecidos aos nossos, como é o caso da Rússia, da China e da Índia.

Neste novo século, é necessário construir uma ordem mundial mais pacífica e solidária, com desenvolvimento e justiça social.

Temos que promover os direitos humanos. Terminar de vez com o racismo e outras formas de discriminação. Defender o meio ambiente. Enfrentar os desafios do terrorismo e das armas de destruição em massa.

No caso destas últimas, seria bom que as grandes potências dessem o exemplo, engajando-se num processo autêntico de desarmamento nuclear. Mais importante ainda: precisamos fazer isso tudo dentro dos princípios do direito internacional. É essencial fortalecer a ONU e outros organismos multilaterais, adaptando-os

– ou criando-os como foi o caso do Tribunal Penal Internacional –, às novas condições mundiais.

O Conselho de Segurança da ONU, em especial, deve ser reformado para manter e aumentar a sua legitimidade. Não faz sentido que entre os seus membros permanentes não estejam representantes da América do Sul e da África.

Podem estar certos que, no caso de uma reforma, o Brasil estará pronto a assumir novas responsabilidades.

Um outro aspecto da crescente interdependência é a importância cada vez maior da cooperação internacional nos mais variados campos.

Uma área particularmente propícia a essa cooperação é a do meio ambiente. O mundo não pode fechar os olhos às políticas de preservação ambiental decididas pela Rio 92. Da mesma maneira que cabe aos países menos adiantados pensar em formas de desenvolvimento sustentável, cabe aos países ricos diminuírem a poluição no planeta.

Ao Brasil interessa, em particular, apoio a programas nacionais de preservação da biodiversidade e de aproveitamento racional do seu potencial econômico.

Outro setor em que a coordenação internacional se faz cada vez mais necessária é o dos movimentos de

capitais. Precisamos criar mecanismos mundiais de regulação que permitam mitigar o efeito da volatilidade dos fluxos financeiros. É necessário, igualmente, eliminar os paraísos fiscais e aumentar a capacidade, por parte dos Bancos Centrais da América Latina, de fiscalização e repressão à lavagem de dinheiro.

Aproveito para afirmar aqui que, da parte de meu governo, haverá um combate intransigente aos desvios de recursos públicos. Não daremos trégua aos corruptos e à corrupção.

Um terceiro âmbito que requer intensa cooperação internacional é o da segurança.

Nós, brasileiros, felizmente, não temos sido alvos de terrorismo. Nem, por isso, deixamos de participar dos esforços internacionais para combatê-lo com a máxima energia e determinação, para que nunca mais aconteça o horror que desabou sobre o mundo em 11 de setembro do ano passado. A nossa solidariedade às vítimas do terror é inequívoca.

Cremos firmemente que o melhor caminho para combater o terrorismo, assim como outras ameaças que pairam sobre a paz mundial, é o de ações decididas pelo Conselho de Segurança da ONU.

Interessa a todos os países – e em particular aos mais poderosos – a consolidação das organizações

multilaterais, uma vez que apenas elas podem garantir a justiça e a legitimidade das decisões de âmbito internacional.

O povo brasileiro sofre intensamente os efeitos de outras formas de violência que, tal como o terrorismo, também vão assumindo crescentemente uma dimensão internacional.

O crime organizado, a lavagem de dinheiro, o tráfico de drogas e de armas também matam, destroem, corrompem e desmoralizam.

Combater o crime e a violência em nossas grandes cidades será uma prioridade do meu governo. Faremos isso na frente interna, ao longo de nossas fronteiras, e, na medida de nossa capacidade, também na esfera internacional, pois essa é uma das maiores preocupações cotidianas de muitos milhões de brasileiros.

Em tal luta, iremos promover maior cooperação externa, seja com os nossos vizinhos, seja com organizações multilaterais, ou com outros países, entre eles os Estados Unidos.

Além de combater o terrorismo e o crime organizado por meio da execução das políticas decididas nos organismos multilaterais, deve-se dar uma atenção especial à guerra contra a pobreza.

Por isso, é vital que o mundo, e em especial os países ricos, se empenhem em uma agenda para o desenvolvimento. Os níveis atuais de miséria, fome, falta de educação e de saúde, enfim, de terrível desesperança, são moralmente inaceitáveis, política e economicamente insustentáveis.

É preciso que a tecnologia, geradora de tanta riqueza, seja acompanhada de políticas nacionais e internacionais que busquem uma repartição mais eqüitativa do bem-estar.

IV.

Para nós, a paz e a segurança, a estabilidade político-institucional, o avanço da democracia e a maior integração da economia global são inseparáveis do desenvolvimento e da justiça social.

É nesse contexto que se insere, com alta precedência em nossa política externa, a busca pelo Brasil de relações comerciais ao mesmo tempo mais densas e mais equilibradas com o resto do mundo.

Acreditamos que um comércio livre de barreiras pode ser um fator de desenvolvimento e geração de riqueza. Para a realização desse potencial, são necessárias, no entanto, regras e práticas garantidoras de verdadeira competição.

Para o meu governo, sem perder de vista a necessidade de ampliar e desenvolver o grande potencial do mercado interno, o aumento da nossa participação no comércio mundial será passo importante na implementação de uma política de crescimento sustentado que gere empregos, aumente a renda dos trabalhadores e reduza substancialmente a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Negociaremos nos foros internacionais com espírito aberto, mas com grande firmeza. Valorizaremos a Organização Mundial do Comércio (OMC), mas lutaremos para corrigir os seus desequilíbrios.

Daremos ênfase à eliminação dos subsídios e barreiras que distorcem o comércio de produtos agrícolas.

Lutaremos também para que a OMC passe a contemplar as necessidades dos países em desenvolvimento em áreas como a da defesa comercial, da propriedade intelectual e de políticas sociais e setoriais.

O protecionismo dos países ricos, as restrições comerciais e os subsídios, apontados pelo FMI, pelo Banco Mundial, pela OCDE e pela OMC como umas das causas principais que impedem o crescimento dos países em desenvolvimento, terão no Brasil um opositor tenaz.

Para o Brasil, a construção de relações econômicas internacionais mais equilibradas passa, necessariamente, pela unificação do espaço sul-americano. Vamos continuar a apoiar a reunião de chefes de Estado da região para dar seguimento aos projetos de integração nos campos dos transportes, da energia e das comunicações.

Buscaremos concluir as negociações entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações para aproveitar, também na área comercial, o extraordinário potencial da vizinhança.

A partir de janeiro de 2003, e até o final dos entendimentos, o Brasil participará das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Lá, defenderemos os interesses nacionais de maneira objetiva, realista e propositiva.

O Brasil é favorável a uma verdadeira integração americana, mas não pode deixar de reconhecer que há uma situação de nítida desigualdade entre o norte e o sul das Américas.

Essas assimetrias precisam ser corrigidas por novas práticas comerciais e por políticas de apoio ao desenvolvimento dos países mais pobres.

Para crescer, o Brasil precisa aumentar o volume de seu comércio exterior e a ALCA, para nós, pode

representar uma verdadeira abertura do mercado dos Estados Unidos e do Canadá. Para isso, trabalharemos para eliminar os subsídios, as barreiras tarifárias e não-tarifárias, especialmente no setor agrícola.

O fato de Estados Unidos e Brasil exercerem hoje, desde novembro, a co-presidência do processo negociador, poderá ser um fator importante para que ele avance de um modo que possa atender aos interesses e expectativas de todas as partes.

V.

Ao concluir, quero reafirmar o meu otimismo com relação ao futuro. Serão grandes os desafios, internos e externos. Contudo, acredito no Brasil e no apoio de que disponho para retomar o caminho do crescimento e para melhorar as condições de vida dos menos favorecidos no meu país.

Confio na rápida retomada do crescimento da economia, com a volta dos créditos e dos investimentos externos produtivos.

Tal como a sociedade americana que, em momentos críticos da sua história, soube enfrentar de maneira criativa e solidária os desafios da recessão e da fome, vamos trabalhar de maneira incansável para tirar milhões de brasileiros e brasileiras da miséria.

No encontro que acabo de ter com o presidente Bush, ele propôs a criação de uma agenda comum entre o Brasil e os Estados Unidos. Propôs ainda que esta agenda seja inaugurada por uma reunião entre os representantes dos dois governos, no início do próximo ano, envolvendo as várias áreas de interesse comum e coordenada pelos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos. Nossa resposta foi claramente positiva.

Saímos daqui animados a preparar de imediato esse encontro. Temos a convicção de que poderemos avançar muito no relacionamento entre as nossas duas nações. Trabalharemos incansavelmente para que o povo brasileiro colha os melhores frutos desse novo momento.

Em meu primeiro pronunciamento após vencer a eleição, disse que pressentia o nascimento de um novo Brasil. Volto ao meu país convencido de que terei no presidente George W. Bush um importante aliado nessa nova e decisiva etapa que se inaugura para a nação brasileira.

Washington, 10 de dezembro de 2002

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente eleito da República Federativa do Brasil

1º de janeiro de 2003.

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional, em Brasília.

Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo; senhoras e senhores; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional Senador Ramez Tebet;

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República José Alencar; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Efraim Morais, Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; Senhoras e Senhores Ministros e Ministras de Estado; Senhoras e Senhores Parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse.

"Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades;

Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um País imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.

Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.

Por isso, defini entre as prioridade de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da PETROBRAS e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que

pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz.

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio, são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas e tantas áreas do País estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem – muito bem – deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o País volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições

macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado.

Da mesma forma, é necessário incrementar – e muito – o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção.

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudança e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social.

O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da

legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional.

Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos

empenharemos para que se encontre canais de expressão em nosso Governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública.

Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento

sustentado do País. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais.

Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais de que o País demanda de todos nós.

Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista, significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna

e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor.

O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do Território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo.

Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e árabes conversam sem medo, onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o MERCOSUL e a União Européia, que na Organização

Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de País em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçaremo-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é

essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país.

O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado.

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais.

As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional.

Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiental.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas decorrentes de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crisparam o País e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o Governo Federal em parceria com os Estados a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs.

Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença.

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda

não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer.

Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no

mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País.

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro!

1º de janeiro de 2003.

Discurso do Embaixador Celso Amorim por ocasião da Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, em Brasília.

Excelentíssimo Senhor Ministro e caro amigo Professor Celso Lafer

Excelentíssimos Senhores Ministros, Senhores Parlamentares

Senhoras e Senhores Membros do Corpo Diplomático

Senhora Professora Mary Lafer

Senhoras e Senhores,

Desejo agradecer ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a confiança em mim depositada. Vivi hoje, possivelmente, um dos momentos mais emocionantes de minha vida, não só, creio, da minha vida pessoal, mas da minha vida de cidadão. Poucos países que eu tenha visto passaram por um momento de tanta vibração popular com a eleição de um presidente. É, portanto, com o sentimento da grande

responsabilidade que decorre dessas expectativas que assumo este cargo.

É também com satisfação que recebo o cargo do Professor Celso Lafer, bom amigo, a quem tive a honra de suceder como Embaixador em Genebra, quando lá estive pela segunda vez, e de quem sempre tenho lições a aprender. Guardarei a de hoje e refletirei sobre ela.

Quero também prestar minha homenagem ao Secretário-Geral que parte, Osmar Chohfi, e na pessoa dele homenageio outros Embaixadores e Chefes da Casa, com quem tive de me relacionar.

Já que estou neste capítulo de evocações e registros, quero também anunciar que estão sendo tomadas as medidas necessárias para a nomeação do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães como Secretário-Geral do Itamaraty.

Com a eleição do Presidente Lula, o povo brasileiro expressou de forma inequívoca o desejo de ver realizada uma profunda reforma política e social, dentro de um marco pacífico e democrático, com ampla participação popular na condução dos assuntos do Estado. Coerentemente com os anseios manifestados nas urnas, o Brasil terá uma política externa voltada para o desenvolvimento e para a paz, que buscará reduzir o

hiato entre nações ricas e pobres, promover o respeito da igualdade entre os povos e a democratização efetiva do sistema internacional. Uma política externa que seja um elemento essencial do esforço de todos para melhorar as condições de vida do nosso povo, e que esteja embasada nos mesmos princípios éticos, humanistas e de justiça social que estarão presentes em todas as ações do Governo Lula.

Convoco todos os diplomatas e servidores do Ministério das Relações Exteriores a participarem ativamente deste grande projeto.

A política externa não é só responsabilidade do Itamaraty, ou mesmo do Governo. Ela envolve a sociedade como um todo. Para definir o interesse nacional em cada situação concreta, reforçarei a coordenação com outros órgãos governamentais e com os diversos setores sociais – trabalhadores, empresários, intelectuais – e entidades da sociedade civil.

Senhoras e Senhores,

O povo brasileiro deu uma grande demonstração de auto-estima ao manifestar sua crença na capacidade de mudar criativamente a realidade. Temos que levar esta postura de ativismo responsável e confiante ao plano das relações externas. Não fugiremos de um protagonismo engajado, sempre que for necessário na defesa do

interesse nacional e dos valores que nos inspiram. Como disse o Presidente Lula, precisamos traduzir, de forma persistente, nossos interesses e valores em pontos da agenda internacional.

O cenário em que teremos de realizar essa tarefa é complexo e nem sempre amistoso. A economia mundial está estagnada. Os fluxos financeiros se comportam de forma errática e segundo uma lógica perversa que penaliza os países em desenvolvimento. A despeito das muitas promessas, os mercados dos países desenvolvidos continuam fechados a grande parte dos nossos produtos. Práticas comerciais predatórias dos países ricos nos privam dos benefícios da nossa competitividade. No plano político, conflitos que se supunha estarem em vias de solução recrudesceram, alimentados pela intolerância e o fanatismo. Atos terroristas de indescritível barbárie provocam reações e suscitam posturas que têm o potencial de afetar os princípios do multilateralismo. O risco de guerra volta a pairar sobre o mundo. Tudo isso se reflete em crises econômicas, financeiras e políticas, que tendem a ser mais graves nos países mais pobres. Nossa região – a América do Sul – também sofre os efeitos desses abalos.

Senhoras e Senhores,

O aumento das exportações, a busca de tecnologias e investimentos produtivos serão elementos

importantes da estratégia nacional de crescimento e da redução da vulnerabilidade externa. Participaremos empenhadamente das diversas negociações comerciais movidos pela busca de vantagens concretas, sem constrangimento de nos apresentarmos como país em desenvolvimento e de reivindicarmos tratamento justo. Saberemos nos articular, sem preconceitos, com as nações que compartilham conosco interesses e preocupações. Atuaremos em cada momento norteados pela necessidade de assegurar a compatibilidade do que está sendo proposto com as políticas nacionais. Lutaremos para preservar o espaço de flexibilidade para que possamos decidir, soberanamente, qual o modelo de desenvolvimento que mais nos convém.

Combateremos práticas protecionistas que tanto prejudicam nossa agricultura e nossa indústria. Trataremos de ampliar os mercados consumidores de bens primários ou semi-elaborados, que continuam a ter um papel importante em nossa pauta. Mas daremos ênfase especial àqueles bens e serviços de maior valor agregado e conteúdo de conhecimento. Para fazermos isso de forma sustentável, teremos que nos empenhar profundamente na verdadeira batalha pela eliminação de barreiras e subsídios que hoje distorcem brutalmente o comércio e privam os países em desenvolvimento de suas vantagens comparativas (as naturais ou aquelas obtidas através do esforço e engenho criativo).

É neste contexto de busca de oportunidades que vemos as grandes negociações comerciais em curso. Não queremos um Brasil fechado em si mesmo, imune aos ventos do progresso e da competição. Na ALCA, nas negociações MERCOSUL-União Européia e na Organização Mundial do Comércio trataremos de ampliar mercados para os produtos e serviços em que somos competitivos, procurando corrigir distorções do passado e evitando restrições excessivas à nossa capacidade de fomentar políticas sociais, ambientais, industriais e tecnológicas.

Ainda que nada esteja acordado em definitivo, os pressupostos em que se baseiam estes processos de negociação vão muito além de meras rebaixas tarifárias. Envolvem aspectos normativos sobre praticamente todos os campos da atividade econômica. Por isso mesmo, devem ser analisados com cuidadosa atenção, sem prejulgamento. A despeito dos prazos desconfortavelmente estreitos de algumas dessas negociações, pretendemos discutir amplamente com empresários, trabalhadores e outros setores sociais e com o Congresso Nacional as posições que devemos tomar, tendo em vista a vasta gama de interesses envolvidos e as complexas articulações que se fazem necessárias, a começar no âmbito do MERCOSUL.

No Governo Lula, a América do Sul será nossa prioridade. O relacionamento com a Argentina é o pilar

da construção do MERCOSUL, cuja vitalidade e dinamismo cuidaremos de resgatar. Reforçaremos as dimensões política e social do MERCOSUL, sem perder de vista a necessidade de enfrentar as dificuldades da agenda econômico-comercial, de acordo com um cronograma preciso. Temos que enfrentar com determinação as questões da Tarifa Externa Comum e da União Aduaneira, sem as quais a pretensão de negociar em conjunto com outros países e blocos é mera ilusão. Fundamental para a recuperação do MERCOSUL é a revitalização do Fórum Econômico-Social. Devemos impulsionar igualmente a Comissão Parlamentar Conjunta de modo a reforçar a participação da sociedade no processo de integração. Atribuiremos importância à construção de instituições comuns, de políticas sociais, de parcerias na área educacional e cultural, da livre circulação de pessoas e de mecanismos financeiros e monetários que promovam o comércio e a integração.

Consideramos essencial aprofundar a integração entre os países da América do Sul nos mais diversos planos. A formação de um espaço econômico unificado, com base no livre comércio e em projetos de infra-estrutura, terá repercussões positivas tanto internamente quanto no relacionamento da região com o resto do mundo. Vários de nossos vizinhos vivem situações difíceis ou mesmo de crise. O processo de mudança democrática por que o Brasil está passando com o

Governo Lula pode ser elemento de inspiração e estabilidade para toda a América do Sul. Respeitaremos zelosamente o princípio da não intervenção, da mesma forma que velaremos para que seja respeitado por outros. Mas não nos furtaremos a dar nossa contribuição para a solução de situações conflituosas, desde que convidados e quando considerarmos que poderemos ter um papel útil, tendo em conta o primado da democracia e da constitucionalidade.

Uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera é um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem-estar.

Com os Estados Unidos da América partilhamos valores e interesses. Pretendo explorar ao máximo nossa história de amizade, fortalecendo as bases para o entendimento construtivo e a parceria madura. O diálogo fluido com os Estados Unidos da América é de fundamental importância não só em questões econômico-comerciais do nosso interesse imediato, mas também para assegurarmos influência no encaminhamento dos grandes temas da agenda internacional, de forma compatível com nossas dimensões e valores.

O Brasil manterá uma relação próxima e construtiva com a União Européia. Reconhecemos a longa história de êxito da União Européia na construção

da paz e da prosperidade pela via da integração. No plano político, o diálogo com a União Européia e os países que a constituem é importante também com vistas a fortalecer os elementos de multipolaridade do sistema internacional. A cooperação com o Japão e outros países desenvolvidos será também fortalecida.

Forjaremos alianças com grandes países em desenvolvimento. Reforçaremos o diálogo com a China, a Rússia, a Índia, o México e a África do Sul, entre outros. Desenvolveremos, inclusive por meio de parcerias com outros países e organizações, maior cooperação com os países africanos. Angola e Moçambique, que passaram por prolongados conflitos internos, receberão atenção especial. Valorizaremos a cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (a CPLP), inclusive com o seu mais novo membro, o Timor Leste.

Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única dimensão. O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de transformação social. O Brasil atuará, sem inibições, nos vários foros internacionais, regionais e globais. Incentivaremos a promoção universal dos

direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação. Lutaremos para viabilizar o desenvolvimento sustentável e para eliminar a pobreza. Apoiaremos a cooperação internacional para o meio ambiente, em especial a implementação do Protocolo de Kyoto e da Convenção de Biodiversidade. Promoveremos o banimento das armas de destruição em massa e daremos impulso aos esforços pelo desarmamento, sobretudo o nuclear. Participaremos da luta contra o terrorismo e o crime organizado, com base na cooperação e no Direito internacionais.

A solução pacífica de controvérsias é um dos pilares da diplomacia brasileira. Após um encaminhamento que despertou tantas esperanças, é triste ver a deterioração da situação no Oriente Médio, onde vivem populações com as quais temos vínculos profundos. Não se pode, de forma alguma, abandonar a via pacífica e do diálogo, sob pena de perpetuar-se o sofrimento das populações envolvidas e de desencadear forças incontroláveis com enorme potencial desestabilizador para a região e para o mundo. É preciso resgatar a confiança nas Nações Unidas. O Conselho de Segurança da ONU é o único órgão legalmente habilitado a autorizar o uso da força, este recurso extremo a ser utilizado apenas quando todos os outros esforços e possibilidades se tenham efetivamente esgotado. Mas é igualmente importante para a credibilidade do Conselho em sua tarefa de manter

a paz que suas resoluções sejam fielmente cumpridas. Defenderemos a ampliação do Conselho de Segurança com a inclusão de países em desenvolvimento entre seus membros permanentes, de modo a reforçar sua legitimidade e representatividade.

* * *

O crescente número de brasileiros que vivem e trabalham no exterior torna imprescindível uma vigorosa política consular e cultural capaz de assisti-los e de manter vivos seus vínculos com o País.

As políticas cultural, de cooperação técnica, científica e tecnológica serão elementos essenciais da política externa do Governo Lula.

Senhoras e Senhores,

Considero a honrosa indicação com que o Senhor Presidente da República me distinguiu como sinal de reconhecimento da excelência e patriotismo dos quadros do Serviço Exterior Brasileiro. A imagem pública que se tem da vida diplomática costuma ressaltar apenas os aspectos de maior brilho. Mas há um outro lado, de traumas pessoais e familiares, representados pelas constantes mudanças, readaptações forçadas e, em muitos casos, o enfrentamento de situações críticas, do ponto de vista material e psicológico. Tais dificuldades geram necessidades que não podem ser desatendidas.

No caso da carreira diplomática, enfrenta-se um complexo desafio: como conciliar a valiosa experiência acumulada com a justa e necessária renovação nos postos de chefia.

Estou consciente de que as tarefas que temos diante de nós somente podem ser executadas a contento com a participação engajada de todas as categorias de servidores do Itamaraty. Examinarei sempre com atenção e boa vontade suas sugestões e reivindicações.

Senhoras e Senhores, meus colegas,

Não só o Brasil, mas todo o mundo está consciente de que o País vive um grande momento de sua história. Pude testemunhar isso pessoalmente. Não são poucos os analistas, intelectuais ou ativistas políticos de variadas tendências que pensam que do êxito brasileiro depende não só o nosso próprio futuro, mas o de outras nações, que, como nós, buscam a via do desenvolvimento com democracia e justiça social.

Sou tentado a dizer, como o poeta, que tenho duas mãos e o sentimento do mundo. Mas o que me dá confiança é a certeza de que, desta feita, serão muitas mãos a colaborar. A tarefa é grandiosa. O Itamaraty não falhará na sua parte dessa missão.

Muito obrigado.

9 de janeiro de 2003.

Discurso do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães por ocasião da Transmissão do Cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, em Brasília.

Senhor Ministro de Estado,

Peço agradecer ao Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ter aceito a indicação de meu nome feita por Vossa Excelência, de quem me orgulho de ser amigo e colaborador há mais de quarenta anos.

É um prazer, uma honra e uma tarefa árdua suceder o Embaixador Osmar Chohfi no cargo de Secretário-Geral, que ele tanto abrilhantou.

Agradeço a presença de todos os amigos, colegas e colaboradores.

Agradeço o apoio de meus filhos e de Maria.

A sociedade brasileira tem de enfrentar quatro desafios. Reduzir as disparidades de natureza econômica, de natureza social, de natureza étnica e de gênero. Desafio secular, agora inadiável. A síntese dessas disparidades é

a extraordinária concentração de riqueza e de renda; e a fome é a sua expressão mais dramática.

Eliminar as vulnerabilidades externas que constrangem o nosso desenvolvimento econômico, político e social é igualmente tarefa inadiável, inclusive para poder executar políticas públicas que reduzam com eficácia aquelas disparidades.

Essas vulnerabilidades são econômicas, e sua síntese é o elevado déficit em transações correntes; são tecnológicas, e se expressam pela necessidade de importar tecnologia devido à reduzida geração de inovações; são de natureza política, pela ausência do Brasil dos principais centros de decisão mundial, como o Conselho de Segurança da ONU e o G-8; são de natureza militar, diante da imensidão do território e da instabilidade do cenário mundial.

O terceiro desafio é realizar o potencial brasileiro, cuja dimensão pode ser aferida pelo fato de que o Brasil, juntamente com os Estados Unidos da América e a China, são os três únicos países que aparecem simultâneamente nas relações dos dez países de maior território, de maior população, e de maior produto.

O quarto desafio é a construção de uma democracia efetiva, que torne cada brasileiro um cidadão que participa da formulação das políticas públicas e do

controle das atividades dos representantes e servidores do povo no Congresso, no Executivo e no Judiciário.

O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva já enfrenta esses quatro desafios através do programa de combate à fome; da decisão de reconstruir a infra-estrutura física e social da economia brasileira, de exercer com plena soberania a defesa dos interesses nacionais e de convocar todos os setores da sociedade para o diálogo mais amplo e mais democrático sobre as políticas públicas.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso no Congresso Nacional, e Vossa Excelência, em seu discurso de posse, expressaram com toda a clareza os objetivos da política externa brasileira e a necessidade fundamental de que ela contribua para enfrentar aqueles desafios da sociedade, que são os desafios do Governo e de todos nós.

Tenho certeza de que todos leram, com cuidado, esses discursos e refletiram sobre o que eles significam para o trabalho cotidiano do Itamaraty.

Estou seguro de que, para poder bem cumprir as tarefas de Secretário-Geral das Relações Exteriores, e assim honrar a confiança de Vossa Excelência, contarei com a mais dedicada colaboração e o conselho experiente dos meus amigos de tantos anos, os Senhores

Subsecretários-Gerais, Embaixadores Araújo Castro, Clodoaldo Hugueney, Gilberto Saboia, Carlos Paranhos e, em breve, Luiz Filipe de Macedo Soares.

Espero contar igualmente com a cooperação dos Senhores Chefes da Casa e de todos os Embaixadores, diplomatas e funcionários do Itamaraty na realização desta tarefa.

A tarefa da política externa é uma tarefa coordenada de todos os setores da Casa: da área política, da área econômica, da área cultural, da área científica e tecnológica, da área consular, da área administrativa.

Senhoras e Senhores,

A América do Sul constitui a prioridade da política externa, conforme deixaram claro o Senhor Presidente da República e Vossa Excelência. A ação na América do Sul deverá atender ao objetivo de construção da integração econômica e da cooperação política e social, a partir de uma atitude brasileira que reconheça as assimetrias e procure equacioná-las de forma generosa.

A construção de uma sociedade brasileira mais democrática, mais justa e mais próspera somente poderá ser bem sucedida se nossos vizinhos também participarem desse processo.

As questões da América do Sul, plenas de desafios e oportunidades para o Governo do Brasil em um mundo multipolar que desejamos construir, terão, assim, toda a prioridade necessária para cumprir o determinado por Vossa Excelência.

Os Estados Unidos da América são a nação mais poderosa econômica, tecnológica e militarmente. Com os Estados Unidos, a sociedade e o Estado brasileiros têm tradicionalmente relações de amizade, de cooperação, de respeito e de entendimento. Temos a intenção de ampliar esta cooperação, sempre com base nos ideais comuns de democracia, de justiça e de soberania.

A amizade do Brasil pela Europa, pela África, e pela Ásia está em nosso sangue. A contribuição para a formação social brasileira dos descendentes de povos desses continentes é extraordinária e está refletida na pluralidade de nossos sobrenomes e etnias.

A política externa do Presidente Lula, executada por Vossa Excelência, refletirá esta realidade. A cooperação com a Europa, econômica e política, tão importante que foi para o nosso desenvolvimento, deve ser expandida. A cooperação com a África deve encontrar novos projetos que contribuam para viabilizar a superação de suas dificuldades, política em que a CPLP terá valioso papel. Com os países do Oriente Próximo,

cujos descendentes aqui vivem em harmonia, desejamos contribuir para que encontrem solução pacífica para suas diferenças. Com o Japão, a Índia e a China faremos o melhor para estreitar as nossas relações de toda ordem.

Os desafios da sociedade brasileira exigem instrumentos eficazes para garantir a execução de um projeto de desenvolvimento econômico e social sustentável com a mais ampla participação popular. Nas negociações internacionais, será necessário zelar para que a evolução das normas que regem as relações econômicas e políticas entre os Estados preservem a capacidade soberana do Estado e da sociedade brasileira de construir o seu futuro.

Seguindo a orientação de Vossa Excelência, e valendo-me do cabedal de conhecimentos de experientes negociadores, darei toda a atenção às negociações econômicas, em especial as da OMC, do Mercosul e da ALCA, para contribuir da melhor forma para a defesa e promoção de nossos interesses vitais de longo prazo, lembrando sempre o exemplo de Esaú e Jacó.

A paz e o progresso econômico e social de todos os povos dependem do cumprimento dos princípios da Carta das Nações Unidas: igualdade soberana dos Estados, autodeterminação, não-intervenção, solução pacífica de controvérsias. Estes princípios estão inscritos na Constituição brasileira, justamente para orientar, em

caráter permanente e em cada situação, a política externa. E ela deve refletir sempre as palavras do Barão do Rio Branco:

> Sou antes brasileiro, e tenho o dever de colocar acima de tudo, de todas as considerações pessoais e de meus sentimentos particulares, a dignidade e a honra do Brasil.

O mundo multipolar sem hegemonias em que todos os Estados obedeçam ao Direito Internacional e procurem resolver suas controvérsias de forma pacífica é o mundo que mais interessa à nação brasileira. Cada dia, cada ato da Chancelaria, deve procurar contribuir para este objetivo. As organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas e a OEA, devem contribuir para esses objetivos, e o Brasil nelas atuará de forma ativa.

Vossa Excelência determinou-me que procure a cooperação e a participação de todos os funcionários da Casa no processo de formulação e de execução da política externa. Essa participação depende da formação e do treinamento permanente de todos os funcionários, da organização das carreiras e do aperfeiçoamento dos métodos de trabalho a que dedicarei especial atenção.

Esta participação depende, em suma, de ações concretas para tornar a política externa um projeto de

todos, que contribua como instrumento eficaz para o projeto de mudança do Governo do Presidente Lula.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Como Vossa Excelência lembrou, a auto-estima e a altivez serão sempre a inspiração de nossa política externa. Não nos furtaremos ao protagonismo necessário. Cabe a nós acreditar na possibilidade de transformar o Brasil e o mundo para torná-los mais justos, mais democráticos, mais prósperos, mais humanos.

Muito obrigado.

9 de janeiro de 2003.

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Cerimônia de Transmissão do Cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, em Brasília.

Senhoras Ministras, Senhores Ministros,

Senhoras Secretárias de Estado, Senhores Secretários de Estado,

Senhores Embaixadores, Senhoras Embaixadoras,

Meu amigo Valdir Pires, se me permite chamá-lo assim, porque o título é mais pomposo do que a amizade,

Queridos amigos e colegas,

Embaixador Osmar Chohfi,

Meu querido Samuel e seus familiares.

Tenho especial satisfação em nomear você, Samuel, Secretário-Geral das Relações Exteriores. Todos sabemos que é, possivelmente, o cargo mais difícil do Itamaraty, provavelmente até mais difícil do que o de Ministro de Estado, que faz os discursos, aparece na imprensa, participa das negociações, que tem maior

brilho mas, como o nosso querido Embaixador Osmar Chohfi também sabe, não é quem tem que carregar o piano todo dia.

É motivo de satisfação contar com você, Samuel, como você já assinalou, com uma amizade de quarenta anos, durante os quais, muitas vezes, você foi meu colaborador mas, às vezes, eu também fui o seu, se não colaborador direto, pelo menos o seu parceiro mais júnior, quando, sugerido por você, o nosso querido e saudoso Embaixador Paulo Nogueira Batista nos convidou para servir na Secretaria de Planejamento.

Não são apenas quarenta anos de amizade. São quarenta anos também de afinidades, de luta. Lutas difíceis, momentos em que os espaços, para nós que acreditávamos no Brasil democrático, no Brasil capaz de defender seus interesses, num Brasil que não cedesse a pressões, esses espaços eram muito pequenos. Mas nós sempre procuramos lutar dessa maneira, começando, talvez até antes, mas começando nesse período em que trabalhamos juntos na Secretaria de Planejamento, durante, ainda, as agruras do governo militar, mas durante um período de pequena abertura sob o Governo Costa e Silva. Mais tarde, no cinema, representado aqui pelo nosso querido amigo Luís Carlos Barreto (entre outros, é o que eu estou vendo) tivemos também a grata, apesar de difícil, tarefa – que redundou no final na nossa

saída – de contribuir, na medida da nossa capacidade, para ampliar os espaços da abertura, como disse Carlos Castello Branco. Fizemos isso com convicção e, sem modéstia posso dizer, com coragem.

Na época, muitos poderiam ter achado que nós fizemos uma bobagem, perdemos tempo na carreira, poderíamos ter feito outras coisas. Hoje, creio, nem para você nem para mim sobra sequer uma gota de arrependimento pela participação naqueles momentos difíceis. E, não bastasse o testemunho de quem acompanhou, temos também nossos filhos que se dedicam, hoje, em tempos mais favoráveis, ao mesmo trabalho.

Devemos todos um reconhecimento muito grande ao Embaixador Osmar Chohfi, que é um grande profissional, e uma pessoa a quem conheço há muitos anos, que assumiu sempre tarefas difíceis e das quais sempre se desincumbiu com grande serenidade. Do ponto de vista pessoal, enquanto fui Embaixador no exterior e tive o Secretário-Geral como meu chefe mais imediato, recebi todo o apoio e lhe sou muito grato. Espero que você e Kátia sejam muito felizes na Espanha, onde os espera, também, um importante trabalho nesse contexto de um Brasil novo, que quer aprender de todas as experiências para ter delas o melhor e aqui aplicar.

Samuel, se eu tivesse alguma dúvida sobre o acerto da minha escolha, a presença de tantos ministros,

de tantos secretários de Estado, de tantos parlamentares, bem como os aplausos que você recebeu, teriam hoje dissipado essas dúvidas para sempre. Contar com você na Secretaria-geral será para mim um motivo de grande satisfação e de tranqüilidade.

A política externa se desenvolve hoje num mundo nem sempre amistoso, com muitos problemas. Ela é feita de projetos, mas ela também é feita de respostas a desafios que muitas vezes nós não desejávamos que estivessem aí. Em alguns casos, são desafios de natureza política. Alguns dos nossos vizinhos passam por situações extremamente difíceis. E o Brasil não pode, pela sua dimensão, pela sua tradição democrática, pela sua capacidade de promover a mudança social por via pacífica, agora acentuada com a eleição do Presidente Lula, não pode se furtar a dar a sua contribuição. Sem interferências, mas sem também medos desnecessários, que não seriam compatíveis com a nossa grandeza, grandeza em que nós todos acreditamos.

Alguns de nós presentes aqui hoje estaremos amanhã viajando para o nordeste brasileiro. Um outro Ministro e colega nosso me sugeriu ser de proveito essa mesma viagem que nós, Ministros de Estado, faremos amanhã para conhecer mais de perto a realidade brasileira – que alguns de nós conhecíamos apenas do cinema, ou

da literatura – ser essa viagem de proveito também para os alunos do Rio Branco, para os jovens diplomatas, para que eles saibam qual é o Brasil que eles representam. Que não é um Brasil só dos grandes números, que não é um Brasil só dos equilíbrios macroeconômicos, mas é um Brasil de grandes deficiências sociais, de grandes disparidades, mas disparidades que nós estamos dispostos a enfrentar e para as quais a nossa diplomacia vai trabalhar intensamente, em todos os campos. Você sublinhou, com muita razão, a América do Sul, porque essa será uma prioridade, ela é uma prioridade quase que necessária, mas será agora acentuada com mais razão, até porque o processo de transição pacífica poderá ser um fator de inspiração também para outros países.

Às vezes nos perguntam se o Brasil quer ser líder. Nós não temos pretensão à liderança, se liderança significa hegemonia de qualquer espécie. Mas, se o nosso desenvolvimento interno, se as nossas atitudes, como você sublinhou, de respeito ao direito internacional, da busca de solução pacífica para controvérsias, de combate a todas as formas de discriminação, de defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, se essas atitudes geram liderança, não há por que recusá-la. E seria, certamente, um erro, uma timidez injustificada.

Samuel, eu não quero me prolongar sobre os temas da política externa porque o Presidente os

mencionou, não só no discurso de posse, mas antes, no seu discurso no Clube de Imprensa nos Estados Unidos. Eu também tive oportunidade de falar deles; você mesmo mencionou vários hoje aqui. Mas você mencionou uma palavra muito importante. É muito importante para o Brasil de hoje, para o Brasil do Presidente Lula, mas muito importante também para o Itamaraty. A palavra é participação. Nós queremos que todos no Itamaraty se sintam engajados numa causa. Quem é diplomata não procurou um emprego. Procurou um trabalho, abraçou uma causa. E a causa é o Brasil. E nós temos que lutar por esse Brasil. Um Brasil voltado para a paz, voltado para a realização do desenvolvimento, para a democracia no plano interno e no plano internacional. Para isso, Samuel, eu sei que eu não poderia contar com melhor auxiliar do que você.

Muito obrigado.